**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A APRENDIZAGEM PARA A AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: UMA ANÁLISE A PARATIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

ALYSSON ANDRÉ RÉGIS OLIVEIRA (IFPB, Campus João Pessoa), RYAN LINS DE ALBUQUERQUE (IFPB, Campus João Pessoa), LUIZ BRUCELINS GALDINO DA SILVA (IFPB, Campus João Pessoa), MARIA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO CAVALCANTI (IFPB, Campus João Pessoa)

**E-mails:** alysson.oliveira@ifpb.edu.br, ryan.lins.alb@gmail.com, luizbrucilim@gmail.com, maria.cavalcanti@ifpb.edu.br

**Área de conhecimento:(Tabela CNPq)**: 7.08.00.00-6 Educação.

**Palavras-Chave**: educação não formal; estado da arte; empreendimentos econômicos solidários.

1. **Introdução**

Faz-se necessário reafirmar que a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para usufruir de outros direitos constituídos em uma sociedade democrática. Por isso, o direito à educação é, sobretudo, o direito a aprender (GADOTTI;TORRES, 2009). Ao longo das últimas décadas, com as transformações ocorridas no Brasil decorrentes do processo de globalização mundial e do avanço das novas tecnologias, a educação passou a ser vista como um instrumento de democratização, capaz de promover conhecimento e informação necessários para incluir o indivíduo no mundo do trabalho. Entretanto, a realidade aponta para uma sociedade em crise, marcada pela política neoliberal que se depara com graves problemas em todas as áreas, inclusive, a própria educação, que se vê diante de novas situações geradoras das transformações nas questões pedagógicas.

Dessa forma, ao não conseguir atender às exigências que se criam, a educação busca apoio em outros segmentos da sociedade na tentativa de combater, ou, pelo mesmo, diminuir, as dificuldades resultantes do seu próprio sistema capitalista, gerando novas formas de intervenção social. É nesse cenário que a educação não formal, por meio de espaços não escolares, passa a se destacar, pois se configura como um campo de aprendizagens e saberes. Para efeito deste projeto de pesquisa, delimita-se a sua abrangência às práticas para a autogestão realizada pelo Movimento de Economia Solidária, de uma forma especial, dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), enquanto espaços não formais de educação.

No que tange ao conceito do termo EES, essa pesquisa apoia-se no conceito traduzido pelo Sistema de Informações de Economia Solidária. Isto é, são organizações coletivas, autogestionárias, permanentes e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário. Com isso, procurou-se deixar clara a gênese (problemática motivadora), que passou a ser: como se dá a produção do conhecimento no campo da economia solidária e a aprendizagem para a autogestão no contexto da educação não formal?

1. **Materiais e Métodos**

O presente trabalho foi fundamentado em cima do formato estado da arte, por tanto, para a montagem do banco de dados, foram feitas leituras de diversas dissertações, teses e artigos (periódicos), das plataformas google académico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para uma análise em profundidade respeitavam os seguintes critérios de inclusão: textos completos disponíveis na internet contidos dentro de um recorte de tempo que compreende o período de 2004 a 2020 (16 anos). Devem contar também com uma das quatro combinações de descritores baseada em cinco descritores base, a saber, educação não formal, economia solidária, autogestão, espaços não formais de educação e movimento de economia solidária. Foram excluídos textos não disponíveis na internet e temas que não correspondem aos mencionados nos critérios de inclusão.

Em termos tipológicos, a pesquisa foi explicativa. A pesquisa explicativa adotou vertentes qualitativas a partir do levantamento (identificação e categorização) sobre economia solidária e autogestão em comunicações científicas (teses, dissertações, artigos/ensaios, entre outros). Em relação à análise qualitativa, as informações ordenadas e organizadas foram analisadas e interpretadas por meio da utilização de técnicas descritas de Análise de Conteúdo baseado nos estudos de Bardin (1977).

1. **Resultados e Discussão**

O sentido imbricado nas práticas para a autogestão desenvolvidas pelos espaços não formais de educação apenas reforçam a justificativa de se trabalhar a categoria da não formalidade, de espaços não escolares presentes no movimento de economia solidária e da prática da autogestão neste estudo, enfatizando, com isso, toda a discussão ora tratada da ampliação do conceito de educação, principalmente enquanto espaços de aprendizagens.

Uma essencialidade presente nas práticas de autogestão contemplada no material envolvido neste estudo refere-se à temática da liberdade. Liberdade deve ser outra categoria também lembrada quando se fala de economia solidária e práticas de autogestão, dada a força motivadora de suas práticas, geradoras de processo incentivador na busca e produção de saberes que podem vir a ser ferramentas importantes para os indivíduos aprenderem a fazer leituras próprias do mundo em que vivem, dos fatos sociais que os circundam.

O historicismo, ao contrário, integra liberdade com necessidade e se acautela diante da expressão marxista “passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade”. (GERRATANA, 1975). A compreensão dessa pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se.

A prática da autogestão deve estar revestida de metodologias adequadas a essa realidade, valorizando as pedagogias populares e participativas e os conteúdos apropriados à organização na perspectiva autogestionária, tendo como princípio a autonomia, outro elemento presente na essencialidade desta prática.

Tomando como base este pensamento, considera-se que a autonomia é requisito básico para a participação política do indivíduo em sociedade. Somente um indivíduo autônomo é capaz de processar e selecionar informações, ter domínio de conhecimento, tomar decisões e posicionar-se frente a incertezas e a conflitos globais. A autonomia leva-o à participação política, não devendo, porém, estar atrelada às justificações de ordem econômica ou ideológica, incapacitando-o ou impedindo-o de ser, de agir nem de entender as contradições que permeiam o mundo globalizado. Nesse sentido, a emancipação do trabalho humano não se refere apenas à liberdade de vender ou não a força de trabalho em troca de salário, mas também à possibilidade de sua efetiva autonomia.

Nesse sentido, outra essencialidade em forte diálogo com a autonomia presente nas práticas de autogestão no movimento de economia solidária enquanto espaços educativos não formais refere-se ao caráter financeiro, ou seja, a autonomia estaria ligada ao empoderamento econômico (liberdade financeira).

Assim, torna-se evidente o sentido da autonomia bastante alinhada ao entendimento de independência financeira. Destaca-se a importância dos aspectos econômicos para a emancipação do indivíduo, bem como se torna possível ressaltar que as pessoas envolvidas no movimento de economia solidária e nas práticas de autogestão estão inseridas em um contexto de exclusão e que o fato de se sobressaírem economicamente representa um fator de autonomia pessoal e coletiva.

Por sua vez, enfatiza-se outra essencialidade que define as práticas de autogestão que é constituição de espaços democráticos. Então, pode-se afirmar que o modelo da autogestão é baseado na democracia participativa. Ele está assentado

[...] não apenas sobre a crítica da propriedade privada dos meios de produção, mas também sobre aquele da organização burocrática da gestão das organizações e do Estado [...]. O temor de abuso do poder por parte dos eleitos numa democracia representativa está no centro da democracia direta (MOTHÉ, 2004, p. 110-111).

Ou seja, reconhece-se esta prática no que tange aos espaços de educação não formal como um novo jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo, com base na democracia e na cooperação, o que os autores definem como autogestão.

Ressalta-se, a partir de uma tradução e entendimento, que a educação não formal tem um campo próprio, tem intencionalidades, seu eixo deve ser formar para a cidadania e emancipação social dos indivíduos. A partir disso, outro ponto relevante refere-se ao fato de que apenas a mudança na maneira de produção dos empreendimentos, embora necessária, não é condição suficiente para a transformação de seres humanos subjugados em sujeitos emancipados, tal como pressupõe a ideia de cooperação, dinâmica-eixo das práticas de autogestão.

Com um dos achados de essencialidade da prática para a autogestão presente neste estudo, destaca-se a emancipação social, coletiva, sociopolítica e cultural de grupos, camadas e conjuntos de indivíduos da sociedade a partir do processo educativo presente nos espaços não escolares com base em uma educação não formal. Um é parte do outro, mas a somatória dos indivíduos não é o mesmo que o coletivo.

Com base dos documentos envolvidos neste estudo, parece claro afirmar que o elemento cooperação pode ser entendido como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e das capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus.

Assim, elementos como autogestão, o pensar nas formações a partir das necessidades dos espaços não formais de educação, ou seja, da realidade, a cooperação, a solidariedade, o empoderamento dos sujeitos, a leitura crítica do mundo, entre outros, são fatores fundamentais presentes na educação não formal. Neste aspecto, também simbólico e de valores, fala-se de mudar o paradigma, se assim é possível afirmar, da competição para o da cooperação, da inteligência coletiva, livre e partilhada.

Em complemento a esta discussão sobre cooperação, é preciso destacar o caráter de solidariedade presente na economia solidária, expresso em diferentes dimensões. Insere-se na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de sustentabilidade territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores.

As organizações que estiveram em evidência no conjunto de documentos investigado neste estudo, por seu caráter, devem ser autogestionárias. Entende-se que a solidariedade não pode estar separada da autogestão. Frente à discussão em pauta, torna-se relevante destacar a cultura da solidariedade, um dos elementos essenciais presente nos espaços de educação não formais.

Em continuidade a esta discussão, outro achado que emergiu ao longo da análise dos documentos diz respeito ao elemento indicador autonomia como mudança pessoal de vida, levando-nos a um entendimento de uma emancipação política.

Gohn (2007) ainda destaca outras dimensões sobre a educação não formal com caráter emancipatório: defende que essas práticas educativas apresentam várias dimensões, como a aprendizagem política, de práticas que capacitam os indivíduos com objetivos comunitários, além de proporcionar aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor.

O entendimento do ato político é colocado, neste caso, como elemento de formação que caracteriza o sujeito como agente da sua história. É um agir politicamente, para o nosso entendimento, banhado pelo pensamento gramsciano, isto é, estar em condições de enfrentamento das situações adversas e conseguir construir alternativas de mudanças.

Frente ao exposto nos documentos analisados, presume-se que participar do movimento de economia solidária enquanto espaço não formal de educação é um ato político, porque as formações têm contribuído na reflexão e ação dos sujeitos, levando a mudanças pessoais e comunitárias. Ou seja, uma dimensão política, enquanto organizações coletivas, nas quais prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes. Em primeira mão, esses empreendimentos solidários adotam o princípio de fortalecer a capacidade de ação dos empobrecidos.

Outro elemento presente como essencialidade na prática da autogestão diz respeito ao processo educativo de emancipação com a formação da consciência crítica. Tomando como base inicial de discurso sobre este elemento, apoiamo-nos em uma reflexão que Freire (1967) nos traz em sua obra intitulada “Educação como prática da liberdade”. Para ele, a consciência crítica é:

[...] a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais. A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agradar. A consciência mágica, por outro lado, não chega a acreditar-se ‘superior aos fatos’, dominando-os de fora, nem ‘se julga livre para entendê-los como melhor lhe agradar’. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade. É próprio desta consciência o fatalismo, que leva ao cruzamento dos braços, à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem.

Mediante perspectiva apontada sobre o tema consciência crítica, entende-se que a prática da autogestão deve estar aberta à contínua reflexão crítica, para possibilitar um espaço de permanente reflexão sobre as práticas e um aprofundamento sobre o movimento de economia solidária enquanto espaço de educação não formal, suas relações com a realidade social existente e seu potencial transformador desta realidade.

1. **Considerações Finais**

Os resultados do presente estudo demonstram que a produção do conhecimento da economia solidária e das práticas para a autogestão no contexto da educação não formal ainda é um campo fértil para o desenvolvimento de novas investigações, indo ao encontro dos pressupostos elencados.

**Agradecimentos**

Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, que a partir de seus editais, tem contribuído significamente para o fomento de financiamento de projetos bem como junto à política de pesquisa institucional.

**Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições Persona, 1977.

FREIRE, P**. Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

GERRATANA, V. (ORg.). **Quaderni del Carcere,** v. 11, edição crítica do Instituto Gramsci. Turim: Einaudi, 1975.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2007.

GADOTTI, M; TORRES, C. A. **Poder e desejo:** a educação popular como modelo teórico e como prática social. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTHÉ, D. **Balanço crítico do conceito de autogestão na França**. In: Economia Solidaria e Autogestão: Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL – USP, 2004.